



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 11 2010	15h30min	102ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 102ª
(CENTÉSIMA SEGUNDA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Geraldo Naves a secretariar os trabalhos da Mesa.

Esta Presidência registra a presença dos Deputados Reguffe, Rogério Ulisses, Eliana Pedrosa, Raimundo Ribeiro, Geraldo Naves, Aylton Gomes e Chico Leite.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observação a seguinte:

- Ata da 101ª Sessão Ordinária.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 11 2010	15h30min	102ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 218, de 03/12/2010, juntamente com a ata sucinta da 102ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência gostaria de fazer uma retificação: na tarde de ontem, foi lida uma moção como sendo do Deputado Milton Barbosa, mas, na verdade, a autoria da moção é do Deputado Raimundo Ribeiro. Trata-se da Moção nº 605, de 2010.

Neste momento, há *quorum* regimental para os Comunicados de Líderes. Tenho certeza de que o sistema de som está chegando a todos os gabinetes. Esta Presidência faz um apelo a todos os Deputados que se encontram nas dependências desta Casa que se dirijam ao plenário, pois a pauta de votação é extensa. Com a presença de S.Exas., poderemos avançar nela.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PRTB. Como Líder. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, boa-tarde. Eu acho que o microfone da tribuna não está funcionando por falta de uso, porque a falta de *quorum* nesta Casa e, talvez, a falta de oportunidade de os Parlamentares se manifestarem fizeram com que o sistema de som da Casa ficasse tão inoperante quanto a Casa neste momento.

O meu posicionamento, mais uma vez, nesta tarde, é no sentido de questionar a ausência dos Parlamentares desde o período eleitoral. Num primeiro momento, Sr. Presidente, pareceu-me que essa ausência era a ressaca eleitoral: talvez um excesso de otimismo dos que ganharam a eleição e um pessimismo, uma apatia daqueles que de alguma forma não puderam participar da eleição ou perderam o pleito eleitoral.

Hoje, tenho uma interpretação diferente. Acredito que o motivo de os Parlamentares não estarem frequentando a sessão está muito mais relacionado à perspectiva de pressionar – acho que isso é deliberado – ou o atual Governo ou o novo Governo.

Eu não consigo entender, Sr. Presidente. Não há uma explicação concreta e plausível neste momento para a ausência de *quorum*. Se olharmos a pauta, praticamente todos os Parlamentares desta Casa têm um projeto ou mais para ser apreciado. Eu, particularmente, tenho três projetos que gostaria que fossem apreciados. Mais que isso: existem vetos na pauta, existem proposições do próprio Poder Executivo. Nada justifica a ausência dos Parlamentares.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 11 2010	15h30min	102ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Nós teremos agora um feriado prolongado. Na terça-feira também não haverá sessão, e eu me pergunto se haverá na quarta e na quinta da semana que vem, porque hoje, pelo que parece, não haverá *quorum*. Isso é muito ruim para uma cidade que, neste momento, encontra-se com uma série de serviços paralisados. Obras estão paralisadas. Eu tenho citado sempre como exemplos a Vila Olímpica e a UPA de São Sebastião, que ainda não foram inauguradas.

Nós temos, agora, a greve da Novacap. Os funcionários da Caesb também entraram em greve. Daqui a pouco, nós vamos ter um colapso administrativo no Distrito Federal, porque o apagão político parece que já está existindo. Nós temos que debater os temas. Esta Casa tem questões que precisam ser apreciadas, até questões de foro interno. Nós temos que debater questões de foro externo, de interesse do Distrito Federal, do Poder Executivo, mas nós temos questões internas nesta Casa que também precisam ser debatidas.

Então, venho mais uma vez, já que o microfone da tribuna está tão inoperante quanto as sessões desta Casa, reagir contrariamente a este momento do Distrito Federal. Nós estamos vivendo um momento de transição, e a responsabilidade dos agentes políticos desta cidade tem que ser redobrada para que possamos cobrar do atual Governo o cumprimento do seu papel, a fim de oferecermos ao próximo Governador condições para iniciar sua administração favoravelmente ao povo do Distrito Federal. E hoje não consigo entender por que – não acredito que seja algo não planejado – algum segmento desta Casa, não sei qual, está utilizando a ausência, a inoperância como forma de pressão. Não consegui compreender se isso ocorre para pressionar o Governo atual ou o Governo futuro, mas acho que quem está saindo mais prejudicado com essa atitude é o povo do Distrito Federal e a imagem desta Casa, tão manchada, tão prejudicada. E agora, por conta da ausência dos Parlamentares, fica nítido um verdadeiro apagão político no Distrito Federal e a falta de administração pública, que tem comprometido em grande parte os serviços desta cidade.

Volto a dizer que tenho até dezembro para cobrar deste Governo dois aspectos pontuais: a inauguração da Vila Olímpica de São Sebastião, que está lá parada, com suas piscinas servindo de criatório para o mosquito da dengue e tudo o que foi construído começando a passar por um processo de depreciação; e a UPA, prontinha para ser inaugurada, mas também parada.

Isso não dá para entender. Orçamento há! O que está faltando? Recentemente, o Governo, de forma unilateral, contingenciou as emendas parlamentares, até sem consultar esta Casa. Consegui contingenciá-las e transferi-las para pagamento de pessoal. Isso não foi debatido aqui! A Casa sequer se pronunciou, favoravelmente ou contra, porque não há sessão, porque não há funcionamento. E eu só posso aqui, mais uma vez, usar a minha voz para lamentar este momento que deprecia a todos nós.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 11 2010	15h30min	102ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

A Presidência desta Casa – volto a dizer – tem feito um esforço, tem feito a parte dela, tem ligado para os Parlamentares, tem tentado organizar a pauta, mas não tem conseguido. E são sempre os mesmos rostos que estão aqui diariamente. Parece que nós que somos os culpados por não haver sessão! Não! Os culpados por não haver sessão são os que não aparecem por aqui desde o processo eleitoral. Daqui a pouco, nós teremos uma data para votar o Orçamento e, se não votarmos os projetos que estão na pauta, com certeza na última hora – volto a dizer – vão aparecer projetos e nós vamos ficar aqui até duas, três, quatro horas da manhã, como já fizemos no passado, para resolvermos coisas que poderíamos resolver gradativamente, de forma bem discutida, aprofundada e amadurecida. É lamentável, Sr. Presidente. Não é culpa da Presidência desta Casa, não é culpa da Mesa Diretora. É responsabilidade de alguns Parlamentares.

Tem acontecido um fenômeno importante que deve ser ressaltado aqui: se pegarmos a lista de presença, Deputado Reguffe, Deputado Chico Leite, Deputada Eliana Pedrosa, veremos que há *quorum*, porque os Deputados criaram o hábito de vir aqui, assinar a lista de presença e ir embora.

Eu fiz um projeto no início desta Legislatura, Sr. Presidente, que tinha o objetivo de criar algum tipo de sanção ao Parlamentar que não viesse à sessão. Era um projeto para que o Parlamentar, pelo menos, justificasse a ausência. Hoje há muitos que sequer justificam. Só assinam a lista de presença e não fazem o seu papel nas sessões ordinárias desta Casa.

Eu só pedi a palavra para, mais uma vez, lamentar este momento melancólico que nós estamos vivendo no Poder Legislativo. Parlamentares que aqui estão com interesse de ver suas matérias apreciadas, de dar sua contribuição nesse processo de transição, estão impossibilitados por falta de *quorum*. Esta é uma Casa coletiva, não adianta haver sete ou oito Parlamentares, pois não temos poder para deliberar sobre nada. É isso o que tem acontecido todos os dias, Sr. Presidente. Nós temos nos deslocado até aqui e não temos tido o direito de exercer o nosso mandato.

É lamentável, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou utilizar este espaço dos Comunicados de Líderes primeiramente para fazer umas considerações sobre o que foi falado pelo Deputado Rogério Ulysses.

Eu concordo com o que foi pronunciado. Já falei aqui em outras sessões. A Câmara, de forma reiterada, não está tendo *quorum*. Isso não é bom. Também não sei se é alguma combinação ou alguma tentativa de sabotagem de alguma coisa deste Governo ou do próximo. Também não sei o que está acontecendo. Mas que é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 11 2010	15h30min	102ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

estranho que reiteradas vezes – só havendo sessões às terças, quartas e quintas – não esteja havendo *quorum*, não há como ninguém negar isso.

Quero dizer também, Sr. Presidente, que há 89 projetos para serem votados e, como terça-feira é feriado, só nos restarão sete dias de sessões. Reconheço que V.Exa. tem feito esforço, inclusive ligando para os gabinetes dos Parlamentares para convocá-los – coisa que não seria nem preciso, já que o Regimento institui sessões às terças, quartas e quintas-feiras no período da tarde. Teremos que votar mais de dez projetos por sessão, já que haverá apenas sete dias de sessões, e ainda temos de votar o IPTU, o IPVA e a LOA.

Eu também penso que deve haver algo estranho no ar, porque até agora não há *quorum* nesta Casa para votação, mas isso não nos impede também de cumprir com a nossa responsabilidade de fazer a discussão dos temas da cidade, Sr. Presidente.

E, nesse sentido, eu queria utilizar o espaço dos Comunicados de Líderes para falar o seguinte: o Hospital de Santa Maria – aliás, eu votei contra a terceirização deste hospital – está agora sob um processo de intervenção. Agora, se está sob um processo de intervenção, por que já não retirar alguns profissionais terceirizados e convocar alguns servidores públicos da Saúde para aumentar a eficiência do Hospital para a população? Por exemplo, no Hemocentro houve um concurso público e existem pessoas esperando a nomeação. Por que não convocar as pessoas que passaram no concurso público do Hemocentro – os enfermeiros, os profissionais das outras áreas da Saúde que passaram nesse concurso público? Eu penso que isso iria melhorar a qualidade do serviço oferecido à população.

Quero também dizer, Sr. Presidente, que na minha visão o Estado hoje gasta muito com as atividades-meio e pouco com as atividades-fim do Estado. Do que o Governo arrecada, 91% é gasto com o custeio da própria máquina. Isso, na minha opinião, tem que ser reduzido. O Governo tem que gastar mais com as atividades-fim do Estado e menos com as atividades-meio. Há que concentrar os seus recursos públicos, e esta Casa vai fazer a discussão do Orçamento nas áreas-fim da atuação do Estado: educação, saúde e segurança. Para isto serve o Governo, para concentrar os seus recursos nessas três áreas, que são as suas áreas precípuas de atuação.

Eu espero que o novo Governo refaça prioridades, qualifique melhor os seus gastos e direcione o dinheiro público para onde a população precisa da atuação do Estado, que são essas três áreas: educação, saúde e segurança pública.

Nas minhas emendas ao Orçamento, eu as coloquei nessas três áreas. Fiz apenas três emendas: uma para a área de educação, uma para a de saúde, uma para a de segurança. O que a população precisa é de melhorias na qualidade do serviço que é oferecido a ela nessas três áreas, e reiteradas vezes – principalmente nós que enfrentamos uma campanha – ouvimos críticas dos serviços que são oferecidos nessas áreas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 11 2010	15h30min	102ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Nós, enquanto Parlamentares, temos uma responsabilidade. Eu considero que o problema é mais de gestão do que de recursos, mas nós temos uma responsabilidade, que é fazer uma revolução no Orçamento, colocando mais recursos públicos nessas três áreas — educação, saúde e segurança — e reduzindo as despesas de custeio da máquina, para que o dinheiro público esteja onde a população precisa e merece que ele esteja.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de deixar registrada também a minha preocupação com a situação da Saúde no Distrito Federal, embora hoje, na visita que o Governador Rogério Rosso fez à Câmara Legislativa – até respondendo um pouco ao Deputado Reguffe –, S.Exa. nos disse que o Governo já está estudando a convocação de novos servidores, do que tem no banco, do que for possível chamar. Nós conversávamos, inclusive, sobre as UPAs – como também foi dito pelo Deputado Rogério Ulysses. Nós vimos que o futuro Governador pediu que elas não entrassem em funcionamento. Agora, eu não entendo por que elas não devem entrar em funcionamento. Se S.Exa. achar que elas não estão de acordo com o modelo ideal, depois as mude. Acho que não podemos segurar nenhum tipo de oferta relativa à Saúde neste momento em que ela – percebemos – não atende ao cidadão, não tem condição de atender. Então, o Governador me disse que iria chamar os servidores dos concursos para as UPAs. Esperamos que, realmente, isso possa acontecer em um curto prazo.

Eu gostaria também de registrar que nós temos uma área de risco na Vila Rabelo e que o Governo está preparando uma mudança das pessoas, dessas famílias que estão em área de risco para um acampamento provisório. É importante dizer que, com a chuva dessa noite, todas as casas que estão na área de risco não sofreram dano, mas a chuva derrubou algumas das tendas que foram armadas para as famílias mudarem. Eu venho insistindo em dizer – porque fui Secretária de Desenvolvimento Social – que esse não é o melhor modelo. Isso foi feito na Samambaia, e houve um grande transtorno. As famílias passam por esses acampamentos provisórios e terminam ficando ali por meses em uma barraca de lona. A chuva entra e molha tudo, as crianças adoecem e não têm nenhum conforto. Eu já encaminhei para o Governo, várias vezes, uma sugestão: em vez da barraca, que seja feito um barraco de madeirite, que é provisório também, mas a pessoa sabe que, pelo menos, nele estará abrigada da chuva.

Então, acho que a chuva que aconteceu nessa noite acende um sinal de alerta para essa insistência do Governo em querer levar essas famílias para uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 11 2010	15h30min	102ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

situação pseudossecura, em que elas ficarão em barracos. Vai acontecer a mesma coisa que aconteceu nessa noite: a chuva levará os barracos embora.

Nós sabemos que estamos numa mudança de Governo e que, às vezes, esse assentamento provisório pode se alongar um pouco mais. Acho que temos que ser sensíveis principalmente quando se trata de lares. Já é difícil a pessoa sair da casa que construiu com muito sacrifício: "Ah, tem risco? Tem. Agora, eu vou para outro lugar que tem tanto risco quanto? Estou com a minha família desabrigada. Sei que, à noite, a chuva pode levar embora e posso perder as poucas coisas que tenho".

Então, eu peço uma reflexão maior da Secretaria de Governo, da Administração de Sobradinho II, da Secretaria de Habitação sobre a mudança dessas famílias para esses assentamentos provisórios. Espero que esses provisórios ofereçam, realmente, mais condições. Ficaremos acompanhando para ver se o que nos disse hoje o Governador Rogério Rosso se concretiza ao longo da próxima semana. Afinal de contas, se demorar muito, teremos de cobrar do próximo governo.

Eu gostaria de dizer também que protocolei um requerimento para que o Presidente da Novacap seja convocado para uma reunião da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças no dia 2 de dezembro para dar esclarecimentos sobre essa greve da Novacap, porque a grama está crescendo, não há cortes de gramas, não se tapa buraco. Há uma série de obras imprescindíveis, e várias delas – como disse o Deputado Rogério Ulysses – estão paradas e precisam continuar. Então, fica aí o meu protesto também. Peço aos colegas que aprovemos esse requerimento de convocação do Presidente da Novacap.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Eliana Pedrosa, conversei com o assessor da Deputada Erika Kokay, e ele concorda em convidar o Presidente da Novacap. Eu queria que V.Exa. confirmasse a data.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, dia 2 de dezembro, na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, já que se trata de uma discussão de aumento de salário de servidores.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Será, então, no dia 2 de dezembro, na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Concedo a palavra ao Deputado decano desta Casa, Benedito Domingos, pois "a luta continua".

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje eu vim mesmo com o propósito de falar aqui nesta Casa. Acho que ninguém aqui tem sofrido uma campanha sistemática da mídia como eu e meu companheiro Deputado Rogério Ulysses. A mídia tenta atingir a nossa honra, a nossa dignidade.

Cheguei a Brasília em 1958, quando apenas o meu filho mais velho era nascido. Minha família foi toda criada aqui com trabalho e dignidade. Exerci vários



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 11 2010	15h30min	102ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

cargos públicos e também trabalhei na iniciativa privada. Eu tinha a minha empresa, a Vidralvo. Os bens que tenho, meu pequeno patrimônio, foram adquiridos com o suor do meu rosto.

Disputei as sete eleições que Brasília teve até hoje, perdi duas e ganhei cinco, inclusive essa última. Trabalhamos muito para que Brasília tivesse a sua representação política. Trabalhei como Presidente da ACIT, Vice-Presidente da ACDF. Na qualidade de Vice-Presidente da ACDF, fui nomeado Presidente da Comissão Pró-Representação Política do Distrito Federal. Peregrinamos por gabinetes de senadores e deputados federais colhendo assinaturas para que Brasília pudesse participar das eleições de 86, elegendo seus primeiros representantes.

Fui candidato em 86 ao Senado, fui o mais bem votado do PFL, porém não consegui me eleger, mas o Governador José Aparecido me convidou, e assumi a Secretaria de Habitação. Como Secretário de Habitação, iniciamos Samambaia. Foi em nossa gestão que Samambaia teve início. Construímos o Lúcio Costa no Guará, fixamos a Vila Planalto e a Vila Paranoá; construímos também alguns blocos de apartamentos em Sobradinho.

Quando o José Aparecido entrou em fase de declínio, veio o Governador Roriz, assumiu e deu continuidade ao trabalho de transferência para Samambaia. Depois de 90, fui eleito Deputado Federal. Fui reeleito em 94. Em 1995, fui eleito Terceiro Secretário da Mesa Diretora da Câmara Federal na gestão do saudoso Deputado Luiz Eduardo Magalhães. Depois fui eleito Vice-Governador de Brasília. Em 2002, saí candidato ao Governo contra o Governador Roriz. Fiquei em terceiro lugar. E acontece que, no segundo turno, fiquei com o PT, apoiando a candidatura do Magela. Trabalhamos muito e não conseguimos a vitória. Também o PT esqueceu que a gente foi companheiro naquele período. Depois, em 2003, 2004, 2005 e 2006, não ocupei nenhum cargo público, iniciativa privada. Em 2006, candidatei-me a Deputado Distrital, fui eleito, e agora também em 2010.

Estou falando aqui, Sr. Presidente, porque eu quero dizer a V.Exa. e aos companheiros o que eu tenho sofrido. E o Ministério Público tem tomado medidas drásticas sem nenhuma prova material, concreta, contra a minha pessoa ou contra outros companheiros. O que consta na Operação Caixa de Pandora? Consta que o Sr. Durval Barbosa disse que, em conversa com Márcio Machado, este disse que o apoio do PT ao Arruda custaria R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). Mas ele não disse quem autorizou, quem oficializou. Eu não tive conversa nem com o Márcio Machado, Presidente do PSDB – cuja candidata era Maria de Lourdes –, muito menos com o Sr. Durval Barbosa, que não era candidato a nada. Nunca conversei com esse cidadão. Nunca visitei o seu gabinete, nem uma vez sequer na vida. Nunca recebi dele um centavo.

Mas a versão publicada pela mídia me apresenta como um marginal, um ladrão. Chegamos ao ponto em que, baseado naquelas declarações, o Ministério



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 11 2010	15h30min	102ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Público pediu o bloqueio dos meus bens, e a Justiça concedeu. Entrei com recurso no Tribunal de Justiça e espero que ele faça justiça.

Agora, Sr. Presidente, há pouco tempo, no período da eleição, saiu uma matéria muito pesada dizendo que nós tínhamos nos apropriado, uma quadrilha organizada, de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) da Administração de Taguatinga na questão de Natal. O Arruda, quando Governador, distribuiu R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para que o Zé Humberto atendesse as administrações regionais. Esse dinheiro foi dividido para vinte e oito administrações: trinta mil para uma, quarenta para outra. Taguatinga não recebeu um centavo daquele dinheiro. Seria impossível eu pegar esse R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para mim e sair de administração em administração pedindo ao administrador que me desse esse dinheiro.

Meus filhos trabalham. Meu filho tem uma empresa. Há dez anos ele trabalha com essa parte de decoração e outras atividades. Ele tem o direito de trabalhar. Ele é empresário, vai lá, faz a sua concorrência, ganha e trabalha. Mas é uma implicância. E publicaram, Sr. Presidente, a três dias, quatro dias das eleições. Repetiram a matéria só com o objetivo de me atingir politicamente. Se essa denúncia foi feita em 2008, por que na véspera do pleito, na semana da eleição, teria a imprensa de usá-la tanto quanto usou, de maneira tão violenta, atingindo a minha dignidade e a minha moral? O desejo era de me ver fora desta Casa, mas não conseguiram. Apesar das lutas, conseguimos a vitória.

Agora, novamente, a nobre Procuradora-Geral do Ministério Público de Brasília solicita à polícia a apuração de um inquérito sobre as fontes luminosas de Taguatinga e a fonte luminosa da Torre de Televisão, baseada numa reportagem do *Correio Braziliense* do dia 12 de setembro, eivada de erros e de inverdades. Eu apresentei uma emenda para Taguatinga, sim. Na Praça do Relógio, há um verdadeiro vandalismo, com tráfico de drogas e prostituição. Nós procuramos humanizar a Praça, reformamos o relógio, a Praça, construímos uma fonte luminosa. Foi feita licitação por meio de edital.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Benedito Domingos, conclua.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Sr. Presidente, eu peço mais tempo a V.Exa., pois faço questão de falar a respeito do assunto. V.Exa. me permita, já que eu quase não falo aqui. Deixe que eu acumule o tempo que os outros utilizam para falar todos os dias aqui. Há companheiros Deputados que falam dez vezes durante uma sessão. Eu vou encerrar o meu pronunciamento logo, mas tenho que esclarecer isso.

Então, foi feito um edital de concorrência e ganhou a firma que tinha que ganhar. Está lá a fonte, que é hoje motivo de orgulho para a cidade. Pessoas e famílias passaram a visitar a Praça. Há poucos dias, havia uma noiva lá tirando fotos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 11 2010	15h30min	102ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

perto da fonte. Vejam a obra feita no subterrâneo, o número de máquinas e de computadores que lá estão instalados para que aquela água possa jorrar.

O Arruda, quando Governador, dentro do programa dos 50 anos de Brasília, fez um convênio com a Eletrobras. A empresa, então, comprometeu-se a dar os recursos para a revitalização da fonte luminosa da Torre de Televisão. Foi feita uma concorrência, publicada no Diário Oficial – concorrência nacional –, em que participaram cerca de onze ou doze empresas. Uma empresa da Bahia foi a vencedora dessa concorrência. Devido a problemas políticos, houve atraso e só agora, há pouco, a fonte foi inaugurada. Um ponto de turismo da cidade bem recebido. Os próprios jornais *Correio Braziliense* e *Jornal de Brasília* fizeram matérias elogiando o serviço realizado e enfatizando o que a fonte representa para Brasília. Hoje, ela é considerada a maior fonte luminosa da América do Sul e uma das maiores do mundo.

Essa empresa que ganhou a concorrência é subsidiária de uma empresa espanhola centenária, especializada nessa questão de águas, que tem feito obras na América do Sul, nos Estados Unidos, nos Emirados Árabes. É uma empresa multinacional, que tem subsidiária aqui em Brasília. O meu filho que é arquiteto e urbanista, formado na UNB, fez parte e foi um dos conselheiros mais atuantes do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN, do qual pediu afastamento, foi contratado por essa empresa na montagem dessa fonte. Hoje, ele está lá como um dos mantenedores, pois há o compromisso da empresa de, durante três anos, dar assistência para o efetivo funcionamento da fonte, ganhando o absurdo salário de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por mês.

Nossos filhos, Sr. Presidente, não podem ocupar um cargo na Câmara Legislativa, não podem ocupar um cargo no Governo do Distrito Federal porque é nepotismo. E agora nem em uma empresa privada podem trabalhar, porque já há censura. É como se fôssemos um bando e estivéssemos assaltando os cofres públicos. A matéria divulgada, em que a nossa Procuradora se baseou, informa que a fonte foi feita com recursos do Distrito Federal e que houve emendas nossas. Não existe uma emenda de um centavo sequer, nem minha, nem de nenhum dos Deputados. Diz, também, que eu apresentei uma emenda para a reativação da piscina de ondas. Eu acho que merece, sim. Foi um lugar de lazer em Brasília no início, e está quebrado, abandonado, como estava a fonte luminosa da Torre de Televisão.

Agora, eu pergunto: será que uma empresa do porte da Eletrobras, com os técnicos que possui, com o departamento jurídico que tem, a Novacap, que construiu essa capital, que fez a licitação, que fez o contrato com a Eletrobras e com a empresa construtora, será que essas empresas iriam se curvar à vontade de um Deputado Distrital para fazer o que o Deputado quisesse?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 11 2010	15h30min	102ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Sr. Presidente, esses absurdos estão acontecendo. Eu acho que o Ministério Público tem também que respeitar mais esta Casa. Está havendo um abuso contra os Parlamentares. Desde o ano passado, há interferência direta. A Justiça está fazendo uma interferência direta, baseando-se em dados não confiáveis.

Vamos deixar a Polícia fazer a investigação. Ela vai chegar lá e encontrar uma empresa instalada em Salvador, que ganhou uma concorrência e construiu uma obra em Brasília. Vai encontrar mais o quê? Um arquiteto que está trabalhando como empregado dessa empresa não pode trabalhar porque é filho de Parlamentar?

Sr. Presidente, levanto essas questões porque passamos por esses absurdos. E quero dizer mais: entrei na Justiça contra o Sr. Durval. Estou com um processo correndo na 16ª Vara, para que ele vá lá provar ou desmentir aquilo, porque ele também não afirma que deu. Ele cita o que o Márcio Machado falou. Ele ia me dar seis milhões de reais? Nunca vi esse tanto de dinheiro na minha vida. Eu teria que arrumar um carro forte para transportar esse dinheiro.

Para concorrer com o irmão, na mesma faixa, para Deputado Distrital, na mesma região, ele não teve coragem de dar um centavo para o irmão, que fez uma campanha riquíssima. É uma questão de colocarmos a nossa inteligência para funcionar e vermos os absurdos que estão acontecendo.

Nunca fui chamado, até o presente momento, pela Polícia Federal nem por ninguém, para me defender. Por isso entrei com uma ação, tentando me defender por meio dela.

Ficam aqui, Sr. Presidente, minhas palavras, pedindo à imprensa de Brasília que tenha mais cuidado, um pouco mais de atenção para, quando divulgar as coisas, divulgar com mais critério, consultar.

Sr. Presidente, quero convidar V.Exa. e os demais companheiros para visitar a fonte luminosa da Praça do Relógio, em Taguatinga, e também a da Torre de TV. Não apenas as fontes, mas o complexo de maquinário e de computadores ali instalados no subsolo delas, para o seu funcionamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esclareço, para ficar claro nas notas taquigráficas, que emendamos os Comunicados de Líderes com os Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Sr. Presidente, quanto aos Comunicados de Líderes, pergunto ao meu Líder se S.Exa. me concede a oportunidade de fazer uso da palavra pelo meu partido. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Mas esta Presidência não vai negar.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Sr. Presidente, está autorizado pelo meu Líder. Posso fazer uso da palavra como Líder.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 11 2010	15h30min	102ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PRTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado Benedito Domingos, percebo que hoje, quando dizem que uma mentira é repetida várias vezes, ela passa a ser interpretada como uma verdade. Tenho acompanhado de perto grande parte das denúncias que V.Exa. tem recebido neste ano, até porque também fui objeto de várias denúncias, nenhuma delas comprovada.

Mas, quando a mentira vai sendo repetida ou é dada uma interpretação, uma versão ao fato, quando existe a vontade de se encontrar um culpado, ainda que não haja nenhuma materialidade, nenhuma prova contra ele, isso passa a ser interpretado como uma verdade. A resposta que V.Exa. poderia ter dado de imediato foi dada nas urnas. Vossa Excelência foi julgado pelo tribunal mais democrático que existe, que é a vontade popular.

Eu, particularmente, não tive essa oportunidade, a oportunidade sequer de me submeter, por uma perseguição partidária. Mas tenho certeza, Deputado Benedito Domingos – Vossa Excelência é bem mais experiente, é uma figura que há anos milita na política desta cidade –, de que o tempo nos dará o direito de mostrar as grandes injustiças que ocorrem neste momento, com verdades criadas, com versões superficiais e com falta total de provas, apenas com o objetivo de tentar fazer com que esse episódio se mantenha vivo. Talvez seja o desespero.

Percebo uma similaridade, Sr. Presidente, com o caso da 113 Sul. Percebe-se, ali, a vontade de alguém chamar para si a responsabilidade de solucionar um caso e, em função disso, tem-se feito uma confusão em torno de um episódio de repercussão nacional. Isto está acontecendo também na investigação política desta cidade: a falta de provas, a falta de materialidade, o excesso de denúncias, a superficialidade com que é apreciado cada episódio e a pirotecnia que se faz para tentar manchar a imagem não de um político, mas de toda a classe política do Distrito Federal.

Então, quero, Deputado Benedito Domingos, com coragem – é difícil fazer isto – deixar a minha solidariedade a V.Exa. É justo que uma pessoa, quando deve e é comprovada a sua culpa, pague por isso. Mas é muito injusto ser denunciado publicamente, sem nenhuma prova.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Como Líder do Bloco Progressista Republicano. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, nobre Deputado Rogério Ulysses.

Sr. Presidente, encerrando, quero dizer a V.Exa. que, na véspera das eleições, o processo estava como segredo de justiça. Para mim, era segredo de justiça, porque eu não sabia. Mas toda a mídia tomou conhecimento, publicou nas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 11 2010	15h30min	102ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

televisões, em todos os jornais o segredo de justiça. Quero aqui dizer a V.Exa., aos pares e a todos os presentes que abro mão do meu sigilo bancário, telefônico, comercial – o que quiserem –, do sigilo bancário da minha esposa e dos meus filhos para quem quiser levantar nossa vida, do jeito que quiser, porque, graças a Deus... Quero encerrar este mandato. Foi a última eleição que disputei. Não disputarei mais, porque me sinto no momento, se Deus me der vida e saúde, de desfrutar o resto dos meus dias ao lado da minha família, com tranquilidade. Mas quero baixar a sepultura com meu nome digno e honrado, não como um corrupto fabricado artificialmente, por meio de comunicações e de subterfúgios que entristecem até o Poder Judiciário, haja vista o que tem acontecido no próprio Supremo Tribunal Federal, as posições daqueles ministros e as divergências que têm havido.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância. Aqui digo a V.Exa. que consumi a cota de tempo da próxima semana. Não há problema nenhum, porque não vou mais tomar o tempo que tomei. Lamento que hoje, o nosso sistema de comunicação, a nossa televisão ainda não esteja no ar. Acho também que deveríamos ter, talvez pelo menos uma vez por semana, o Grande Expediente, com dez ou quinze minutos, no qual poderíamos expor as nossas ideias ou alguma situação que quiséssemos. Às vezes, nossos minutinhos são pouco para expressarmos aquilo que desejamos. Que Deus o abençoe, Sr. Presidente, e muito obrigado por tudo!

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Benedito Domingos, o Grande Expediente é sempre depois do período de votação. Quando não há votação, tenho sempre aberto o Grande Expediente e ninguém tem feito uso da palavra. Se V.Exa. quiser, depois que fizermos a chamada, abrirei 20 minutos.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero aqui me somar ao Deputado Rogério Ulysses e a outros que nos precederam, quanto a essa questão do *quorum*. Parece-me que hoje o Deputado Rogério Ulysses se convenceu de que é uma ação deliberada. Desde ontem, nós já denunciávamos isso aqui. Essa ação, essa ausência é, evidentemente, deliberada. É só verificarmos a quem interessa que a Câmara não comece a deliberar. Acho que é possível, sim, o Presidente ou a Mesa começar a adotar algumas medidas como, por exemplo, designar data. “Dia 10 de dezembro, vamos votar o Orçamento”. Designada data em que vamos votar o Orçamento, essa espada deixa de existir. E, aí, vão ter que encontrar outro motivo para não comparecerem. Acho que essa é a primeira questão.

Quero tecer, ainda, alguns comentários com relação à questão da Saúde. Primeiro, estranho tomar conhecimento pela imprensa de que o futuro Governador está pedindo o adiamento da inauguração das UPAs. Quer dizer, como a Deputada Eliana Pedrosa colocou, se a Saúde já está caótica como está, a inauguração de uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 11 2010	15h30min	102ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

unidade como essa poderá trazer certo conforto à população. É muito estranho que se queira adiar essas inaugurações, sabe-se lá por que motivo. Eu acho que estamos perigosamente naturalizando o caos em que se encontra a Saúde. E não podemos de forma alguma achar que seja natural.

Eu admito a V.Exa., Sr. Presidente, que tenho muita esperança, porque novamente busquei meus arquivos e verifiquei que o então candidato e hoje governador eleito afirmou que o problema da Saúde não é dinheiro, mas que o problema da Saúde é gestão. Ele afirmou isso reiteradas vezes. E, quando ele disse que assumirá a Saúde, pelo menos nos três primeiros meses, presume-se que seja um bom gestor. Então, possivelmente teremos a solução de inúmeros problemas que aí estão. Mas é necessário que essa esperança seja acompanhada, evidentemente, de ações concretas, e esse pedido de adiamento de inauguração de UPAs não me parece que guarda relação com uma eficiência, com algo novo, algum modelo novo de gestão que possa trazer algo de bom para a Saúde do Distrito Federal.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria apenas de deixar a sugestão de que V.Exa. – é claro, ouvido a quem de direito – possa designar uma data para votarmos o Orçamento, principalmente se pudermos fazê-lo antes do dia 15 de dezembro. E a sugestão também de que a Mesa Diretora passe a informar diariamente a presença dos Parlamentares, porque aí deixará de ser “a Câmara Legislativa não teve *quorum*”; não, Deputados fulano, beltrano e sicrano não compareceram ao plenário. Alguns que, antigamente, até eram assíduos frequentadores deste plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Deputado Batista das Cooperativas estava presente há pouco, o Deputado Chico Leite também. Portanto, há 12 Deputados presentes. Com a presença de mais um Deputado, poderemos apreciar alguns projetos.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 218, de 03/12/2010, juntamente com a ata sucinta da 102ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência informa a todos os presentes nesta Casa que, a pedido da Deputada Erika Kokay e da Deputada Eliana Pedrosa, o Presidente da Novacap será ouvido na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças no dia 02 de dezembro. Reafirmando a quem possa interessar que esse encontro é para que acabe de uma vez por todas a greve e para que fiquem esclarecidos todos os fatos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 11 2010	15h30min	102ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Estão presentes 13 Deputados; portanto, podemos votar alguns projetos.

Apelo aos Srs. Deputados que permaneçam no plenário para darmos início à votação.

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se V.Exa. quiser aproveitar a presença dos 13 Deputados, eu abrirei mão da palavra para iniciarmos imediatamente a votação.

Eu só gostaria de me solidarizar com o Deputado Rogério Ulysses e com o Deputado Benedito Domingos e lembrar que o eco dessas aclamações e pedidos que os Deputados, tanto o Deputado Benedito Domingos quanto o Deputado Rogério Ulysses, fizeram aqui... Não se iludam, eles não serão publicados na imprensa, porque a imprensa a que hoje — e eu tenho dito isso no meu programa de rádio, e vou continuar dizendo na JK — assistimos no Distrito Federal é uma imprensa marrom, que só vê um lado. E aqui na Câmara Legislativa só vêm os jornalistas que são intitulados... daqueles primários, que não têm força absolutamente nenhuma, que levam as informações do jeito que eles querem para lá!

Então, esse tipo de informação que está aí, se você analisar... Nós temos que fazer, sim, esperar chegar o dia certo para mostrar. E aí vem aquele velho ditado de antigamente: “o tempo é o senhor da razão”, e ele mostra a verdade. Se os jornalistas não querem apurar os fatos, não deveriam publicar a matéria; mas eles têm de apurar, e com responsabilidade. E essa responsabilidade é aquilo que estamos segurando, aguardando. Eu, no meu caso... Ninguém apanhou tanto da imprensa quanto eu no Distrito Federal! Agora, eu espero! Eu sei esperar e vou continuar esperando. Eu quero que a imprensa prove tudo o que ela disse, e ela vai provar, no momento certo, e aí eu quero ver como ela vai divulgar.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha impressão, conversando aqui com os Deputados Paulo Tadeu e Reguffe, é que nós poderíamos aproveitar que há 13 parlamentares e começarmos a apreciação pelos vetos. Não sei, mas é o que me parece, já que não há entendimento, porque não há ajuste entre os Líderes, não há consenso para superar a ordem regimental. Então, a ordem regimental determina que temos de começar pelos vetos, Sr. Presidente.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, além dos vetos – parece-me que a bancada do futuro governo não quer



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 11 2010	15h30min	102ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

dar continuidade à votação dos projetos do Executivo, já que ainda não terminaram a análise, porque podem impactar o novo governo –, nós poderíamos votar os projetos dos Parlamentares.

Eu não entendo por que esta Casa não dá o peso e a importância dos projetos dos Parlamentares; projetos esses que nascem lá das demandas, das necessidades da população do Distrito Federal. Não tem nenhum que venha e que não tenha sido extremamente discutido com diversos segmentos da sociedade que clamam por uma modificação, clamam para que aquela questão seja trazida para a norma legal.

Então, solicito a V.Exa. que leve em consideração os projetos dos Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Dá-se início à
ORDEM DO DIA.

Esta Presidência informa também que há um crédito para o pagamento de pessoal, aliás, são dois créditos em pauta para serem apreciados. No entanto, vamos começar pela votação dos vetos.

Item nº 1:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.414, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “estabelece a pauta de valores venais dos veículos automotores do Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA para o exercício de 2010 e dá outras providências”.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trata-se do Projeto de Lei nº 1.414, de 2009, que “estabelece a pauta dos valores venais dos veículos automotores do Distrito Federal”, o IPVA do exercício de 2010.

Houve um veto parcial, Sr. Presidente, especificamente ao art. 5º da proposição, com conteúdo inserido pela emenda nº 3, de autoria de vários Parlamentares.

Inclusive, à ocasião, o Sr. Governador fundamenta o veto da seguinte forma: o conteúdo da proposição sob análise versa sobre a obrigação de a Secretaria de Estado da Fazenda proceder à revisão da pauta de valores do IPVA conforme os valores de mercado vigentes em 31 de dezembro de 2009 e publicados no Diário Oficial do Distrito Federal até 31 de janeiro de 2010. Segundo preceito veiculado na Lei Orgânica do Distrito Federal, é vedado exigir tributos sem que a Lei o estabeleça. Observa-se que a determinação contida no citado artigo 5º do projeto, além de contrariar a disposição do artigo 1º do mesmo projeto, implica modificação da base



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 11 2010	15h30min	102ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

de cálculo do tributo sem a necessária lei formal, mas por simples ato da Secretaria de Estado de Fazenda. Ocorre que a outorga de qualquer modificação da base de cálculo dos tributos só pode ser deferida mediante lei específica, sendo vedado ao legislador, como no caso, conferir ao Poder Executivo conferir a prerrogativa de dispor a respeito da matéria, sob pena de ferir princípios constitucionais e reserva de competências legais.

Esse é o fundamento do veto, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o relatório da Comissão de Constituição e Justiça.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas colocar a minha posição. Apesar de não ter mais efeito prático nenhum, porque já passou o prazo, para ser coerente com a minha posição durante a discussão do IPVA e ser contra esse aumento de carga tributária – sempre defendi que essa revisão fosse feita para inclusive beneficiar os contribuintes do Distrito Federal para que todos pagassem menos impostos –, eu votarei pela derrubada do veto apenas por coerência, mesmo sabendo que não tem nenhum efeito prático nesse caso. Até porque isso deveria ter sido feito até o dia 31 de janeiro de 2010.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu apenas queria observar que o Deputado Reguffe tem razão do ponto de vista do conteúdo, na minha modesta opinião. Mas, em realidade, nós aqui enfrentamos dois problemas muito graves. Um, de natureza formal, assiste razão ao Sr. Governador na sua exposição; o outro, pela queda do objeto, de vez que ultrapassado o prazo para que tivesse eficiência o dispositivo. Por isso mesmo é que nós vamos nos manifestar pela manutenção.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa foi matéria consensual nesta Casa. O que essa emenda procurou construir, Sr. Presidente, foi que durante o ano o Governo fizesse uma revisão da pauta de valores venais dos veículos para que houvesse um pagamento justo do tributo. Realmente não dá para o Governo, quando interessa a ele, supervalorizar o valor de um veículo na pauta de valores do IPVA, enquanto esse veículo no mercado tem um valor bem menor. Com isso há realmente uma maneira de lesar o interesse do contribuinte. Isso não foi possível aplicar este ano, o Governador Arruda não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 11 2010	15h30min	102ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

aplicou, enfim, graças à própria situação que se viu no Distrito Federal. Foi um veto dele, inclusive. Porém, eu quero fazer um chamado ao Deputado Reguffe, ao Deputado Chico Leite, a V.Exa. e aos demais Parlamentares para que, na discussão do IPVA deste ano, que deveremos fazer nos próximos dias, nós reapresentemos essa pauta para o ano que vem. Aí eu espero que, já sob o novo Governo do companheiro Agnelo Queiroz, nós possamos exigir que o contribuinte pague o tributo de maneira justa e não seja lesado naquele seu direito.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 11 2010	15h30min	102ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não há *quorum* regimental para continuarmos a votação. Anteriormente foi conferido o *quorum* e havia 13 Parlamentares presentes, mas agora não há mais, portanto a Presidência vai encerrar a sessão.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h37min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 230-Suplemento, de 21/12/2010.